



## **ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR**

### **EDITAL N° 01/2023**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JULIÃO**, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei 404/2009, alterada pela Lei 480/2015, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, aprovado pela RESOLUÇÃO N° 01/2023, do CMDCA local.

#### **1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:**

1.1. O Processo de Escolha em Data Unificada é disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 404/2019, alterada pela Lei 480/2015 e Resolução nº 01/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Julião-PI, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público;

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de 01 de outubro de 2023, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá em data de 10 de janeiro de 2024;

1.3. Assim sendo, como forma de dar início, regulamentar e ampla visibilidade ao Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2024/2027, torna público o presente Edital, nos seguintes termos:

#### **2. DO CONSELHO TUTELAR:**

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução, mediante novo processo de escolha em igualdade de escolha com os demais pretendentes;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos art. 18-B, par. único, 1º, §3º, inciso II, 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 404/2009, alterada pela Lei 480/2015;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Julião- PI, visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes o colegiado, assim como para seus respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

### **3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:**

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 22, da Lei Municipal nº 404/2009, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Reconhecida idoneidade moral;
- b) Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Residir no município há mais de 2 (dois anos);
- d) Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);
- e) Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;
- f) Instrução igual ou superior ao ensino médio completo;

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da candidatura.

### **4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:**

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto na Lei Municipal nº 404/2009 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. O valor do vencimento é de 01 (um) Salário Mínimo conforme previsto em Lei Municipal;

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

- a) O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;
- b) A contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

### **5. DOS IMPEDIMENTOS:**

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art. 140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

## **6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:**

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente Processo de Escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- b) Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- c) Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- d) Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- e) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- f) Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- g) Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- h) Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
- i) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- j) Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
- k) Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

## **7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:**

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário anexo ao presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

- a) Inscrições e entrega de documentos;
- b) Relação de candidatos inscritos;
- c) Relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
- d) Relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
- e) Formação inicial: capacitação para o exame de conhecimento específico (participação obrigatória);
- f) Exame de conhecimento específico acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações municipais de caráter eliminatório;
- g) Processo de escolha em data unificada;
- h) Resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- i) Resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e
- j) Termo de Posse.

## **8. DO EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO:**

8.1. O exame de conhecimento específico será aplicado no dia no dia 21 de Maio de 2023, das 08h às 11h, na Unidade Escolar Severiano José de Sousa Lima, situado a rua: Marechal Castelo Branco, S/N, Centro, São Julião - PI;

8.2. O exame de conhecimento específico terá duração de 04 horas;

8.3. O exame consistirá de 20 questões, tendo quatro alternativas (A, B, C, D), das quais apenas uma será correta e cujo valor é equivalente a 0,5 (meio) ponto para cada questão;

8.4. Para realizar o exame, os candidatos deverão portar apenas caneta esferográfica de material transparente com tinta azul ou preta;

8.5. É proibido o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de qualquer material de consulta. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito às pessoas encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato;

8.6. O conteúdo programático para a aplicação do exame de conhecimento específico será o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais legislações municipais alusivas à infância e à juventude; 8.7. O candidato deverá atingir o mínimo de 70% (Setenta por cento) de acerto das questões para ser considerado habilitado para participar do processo de escolha para membro do Conselho Tutelar (CT). Caso contrário, será eliminado do certame;

- 8.8. O candidato receberá o Cartão-Resposta 01 (uma) hora após o início do exame;
- 8.9. Só será permitida a saída do candidato para realizar necessidades fisiológicas (beber água, destinar-se ao banheiro) pós transcorrer 01 (uma) hora do início do exame. Caso contrário, salvo os por comprovação médica, o candidato será desclassificado;
- 8.10. Visando a lisura do processo, os três últimos candidatos deverão manter-se no local de aplicação do exame até a elaboração e conclusão da ata pela Comissão Especial Eleitoral (CEE);
- 8.11. O gabarito preliminar do exame será publicado no 24 de Maio de 2023 nas mídias, bem como no mural das entidades públicas;
- 8.12. Após a divulgação do gabarito preliminar, o candidato poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias para a Comissão Especial Eleitoral (CEE), ou seja, nos dias 27/04/2023 a 03/05/2023;
- 8.13. A Comissão Especial Eleitoral (CEE) terá o prazo de 02 (dois) dia para análise, emissão de parecer sobre a interposição de recurso e publicação do gabarito oficial;
- 8.14. A Comissão Especial Eleitoral (CEE) publicará a relação dos candidatos habilitados para o processo de escolha unificado para compor o Conselho Tutelar (CT) no dia 12 de maio de 2023.

## **9. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:**

- 9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;
- 9.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, situado na Avenida Joviano Maximino de Alencar, nº 460, nesta cidade, das 08:00 às 12:00 horas, dos dias 04 de Abril de 2023 a 25 de Abril de 2023;
- 9.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:
- a) Carteira de identidade ou documento equivalente;
  - b) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa nas 04 (quatro) últimas eleições;
  - c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;
  - d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;
- 9.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;
- 9.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;



9.6. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

9.7. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

9.8. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

## **10. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**

10.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 01 (um) dia, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto a comissão especial eleitoral;

10.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação referida no item anterior.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:**

11.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

11.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo de 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar sua defesa;

11.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

11.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 07 (sete) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

11.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

11.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

11.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 05 dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior;

11.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público no dia 05 de junho de 2023;

11.9. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

## **12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:**

12.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

12.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

12.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item 10.8 deste Edital;

12.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

12.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

12.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar;

12.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

12.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

12.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

12.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

12.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

12.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

### **13. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:**

13.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de São Julião- PI, realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 106/2023, do CONANDA;

13.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí;

13.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

13.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

13.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

13.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

13.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

13.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

13.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

13.10. Será também considerado inválido o voto:

- a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d) que tiver o sigilo violado.

13.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

13.12. Em caso de empate na votação, ressalvada a existência de outro critério previsto na Lei Municipal local, será considerado eleito o candidato com idade mais elevada.



#### **14. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:**

14.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, e Resolução 106/2023 de Março de 2023, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

14.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

14.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

14.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

#### **15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:**

15.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

#### **16. DA POSSE:**

16.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Presidente do CMDCA local, no dia 10 de janeiro de 2023, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

16.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

#### **17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

17.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de São Julião - PI, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

Av. Joviano Maximino de Alencar, nº.460 - Centro, São Julião - PI.  
Contato: (89) 3438-1424



17.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 404/2009, alterada pela Lei 480/2015;

17.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;

17.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

17.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

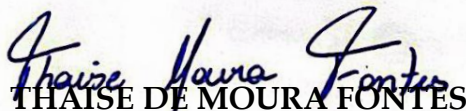
17.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

17.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

**Registre-se e Publique-se.**

**Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal local.**

**São Julião/PI, 29 de março de 2023.**

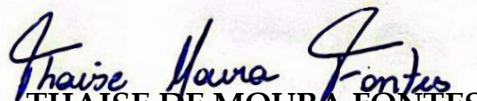


THAISE DE MOURA FONTES

Presidente do CMDCA de São Julião/PI

### CRONOGRAMA DO PROCESSO

<u>DATA</u>	<u>ETAPA</u>
31/03/2023	Publicação do Edital
04/04 a 25/04/2023	Registro das candidaturas
27/04 a 03/05/2023	Publicação da lista dos candidatos inscritos e abertura do prazo de 5 (cinco) dias para impugnação das candidaturas junto à Comissão Especial, pela população em geral
04/05 a 10/04/2023	Prazo de 5 dias para defesa do candidato impugnado
12/05/2023	Resultado dos Recursos e divulgação das candidaturas homologadas
05/05/2023	Capacitação dos candidatos
21/05/2023	Exame de Conhecimento Específico
24/05/2023	Divulgação do Gabarito Preliminar
26/05 e 31/05/2023	Interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar
02/06/2023	Divulgação do Gabarito Oficial e parecer da interposição de recurso
05/06/2023	Publicação dos candidatos habilitados
09/06/2023	Encaminhamento dos representantes dos candidatos à CEE
12/06/2023	Divulgação dos locais do processo de escolha
18/07/2023	Reunião com candidatos e representantes
21/07/2023	Início de campanha e propaganda eleitoral
01/10/2023	Eleição
01/10/2023	Divulgação do resultado da escolha
10/01/2024	Posse dos conselheiros

  
THAISE DE MOURA FONTES

Presidente do CMDCA de São Julião/PI

## ANEXO I

### CHECK LIST:

#### **RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RECEBIMENTO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS(AS) TUTELARES | GESTÃO 2024 - 2027**

**Senhores (as) candidatos (as), para agilizar a conferência no ato da entrega, na secretaria executiva do cmdca, favor organizar os seus documentos na ordem a seguir:**

- ( ) a) cópia da Carteira de Identidade;
- ( ) b) originais das Certidões de Quitação Eleitoral e de Crimes Eleitorais;
- ( ) c) cópia do cadastro de pessoa física - CPF;
- ( ) d) cópia do comprovante de residência (talão de água, telefone fixo, talão de energia, IPTU, conta celular pós pago, conta de internet residencial) em nome do (a) candidato (a) e/ou em nome do (a) esposo (a), pai ou mãe. Para fins de comprovação dos dois (2) anos de residência no Município de São Julião-PI, faz-se necessário juntar um dos comprovantes com data de emissão no ano de 2021 e 2020 e comprovante de Março de 2023.
- ( ) e) cópia acompanhada do original do histórico escolar e/ou do diploma que comprove escolaridade mínima de ensino médio;
- ( ) f) declaração, subscrita do próprio punho, sobre antecedentes criminais, procedimentos administrativos em que tenha sido indiciado, ações em que seja ou tenha sido réu, no juízo cível ou criminal, protestos de títulos, penalidades no exercício de cargo público ou qualquer outra atividade profissional;
- ( ) g) originais das certidões de antecedentes, criminais e cíveis, expedidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal;
- ( ) h) certidões de Quitação Eleitoral e de Crimes Eleitorais expedidas, gratuitamente, pelo Tribunal Superior Eleitoral no endereço eletrônico:  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral> |  
<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>;
- ( ) i) cópia autenticada do contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) por período igual ou superior a dois anos comprovando o efetivo trabalho com crianças e adolescentes ou em defesa do cidadão;
- ( ) j) certificado de reservista ou outro documento que prova que esteja em dia com o serviço militar, somente para os homens;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

Av. Joviano Maximino de Alencar, nº.460 - Centro, São Julião - PI.  
Contato: (89) 3438-1424



**ANEXO II**

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATO A CONSELHEIRO TUTELAR**

Nº DA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ SEXO: ( ) MASCULINO ( ) FEMININO  
ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONES: \_\_\_\_\_ CEL: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS: ( ) SIM ( ) NÃO TIPO DE NECESSIDADE:  
\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento deste cadastro de inscrição, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo, certificando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital nº 001/2023, e todas as disposições nele contidas.

São Julião/PI, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO CANDIDATO

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL





**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

Av. Joviano Maximino de Alencar, nº 460 - Centro, São Julião - PI.  
Contato: (89) 3438-1424



**ANEXO III**

**Processo de Escolha em Data Unificada para Membros do Conselho Tutelar (CT) de São Julião - PI**

**FICHA DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão Especial Eleitora (CEE) do Município de São Julião Piauí-PI, eu \_\_\_\_\_, brasileiro(a), natural de \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, venho mui respeitosamente requisitar da Vossa Senhoria a minha inscrição ao Processo de Escolha Eleitoral em data unificada ao Conselho Tutelar (CT) de São Julião-PI, estando ciente de todas as exigências e critérios de seleção, aceitando plenamente as normas descritas no Edital nº 001/2023 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Nesses termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO CANDIDATO**

SÃO JULIÃO/PI, \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

DEFERIDO: ( )

INDEFERIDO: ( )

MOTIVO:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**PRESIDENTE CEE**

\_\_\_\_\_  
**VICE PRESIDENTE**

\_\_\_\_\_  
**MEMBRO CEE**

\_\_\_\_\_  
**MEMBRO CEE**

SÃO JULIÃO/PI, \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

Av. Joviano Maximino de Alencar, nº.460 - Centro, São Julião - PI.  
Contato: (89) 3438-1424



**ANEXO IV**

**Processo de Escolha em Data Unificada para Membros do Conselho Tutelar (CT) de São Julião - PI.**

**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste Termo de Ciência e Concordância, eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_, Nascida em:  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, portador(a) do RG: \_\_\_\_\_, Expedido em:  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, do CPF: \_\_\_\_\_, residente no logradouro:  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
município de: \_\_\_\_\_, declaro estar ciente e concordar com  
inteiro teor que a minha inscrição para o presente certame, Processo de Escolha em Data  
Unificada para Membros do Conselho Tutelar (CT) do município de São Julião - PI, previsto  
no Edital CMDCA nº 001/2023, de 31 de março de 2023, declaro que aceito e concordo o  
teor deste termo e das normas a que faz referência. São Julião/PI, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
2023.

**DECLARANTE**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_